

Cai burocracia que prejudicava os municípios

Dezenas de prefeituras que estavam impedidas de assinar convênios ou tomar novos empréstimos, por causa da ausência de certidões fornecidas pelos tribunais de contas, poderão prosseguir suas operações. O Senado aprovou uma mudança na Resolução nº 69/95, proposta pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que recebeu nova redação apresentada pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

A Resolução nº 69/95 condicionava as novas operações das prefeituras a uma certidão dos tribunais de contas comprovando o cumprimento de disposições constitucionais (aplicações mínimas em educação, gastos máximos com pessoal etc). Os tribunais às vezes demoram anos para examinar as contas de uma prefeitura, o que impossibilitava a certidão. Agora, com a mudança, quando o tribunal se considerar incapacitado a expedir a certidão, caberá ao prefeito firmar uma declaração de que está cumprindo integralmente as exigências constitucionais.

Dutra pede rejeição do veto ao projeto que anistia petroleiros

Senador espera que os mesmos líderes que assinaram requerimento de urgência se disponham a derrubar decisão do presidente

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), pediu ontem aos parlamentares que derubem o veto do governo ao projeto que concede anistia das multas aplicadas aos sindicatos dos petroleiros pelo Tribunal Superior do Trabalho, em decorrência da greve que fizeram em maio do ano passado. Disse o senador que "a bola está de novo com o Congresso Nacional e se ele não for capaz de derrubar esse veto, sinceramente, estaremos muito mal".

Segundo José Eduardo Dutra, há um mês o presidente da República afirmara, mediante seu porta-voz, "que veria com bons olhos uma alternativa política para a questão das multas impostas aos sindicatos dos petroleiros". Essas multas resultaram numa dívida de R\$ 35,7 milhões para os sindicatos e para a federação que os representa.

O senador se disse surpreso



José Eduardo Dutra

especialmente com o fato de que o projeto de anistia foi aprovado em regime de urgência nas duas Casas do Legislativo, com o apoio de todas as lideranças partidárias, inclusive as do governo. "Eu não conheço nenhum projeto que tenha tramitado em regime de urgência, com o apoio de todos os partidos da Casa, com manifestação favorável das lideranças do governo, e que seja

vetado pelo presidente da República", afirmou.

- Esperamos que os mesmos líderes que assinaram o requerimento de urgência se disponham agora a viabilizar a derubada desse veto pelo Congresso, sob pena de mais uma vez se confirmar a profunda subversão que o Legislativo está tendo em relação ao Executivo - disse ele.

Dutra também disse que se recusa a acreditar que "os líderes estavam apenas querendo fazer *mis-en-scène*, fazer média com a base petroleira". No entender do senador, "deve haver alguma coisa errada na comunicação entre o presidente da República e as lideranças, algum curto-circuito". Ele também afirmou que a justificativa do veto presidencial consiste "num conjunto de falácias, sendo até sintomático que tenha sido assinada em primeiro de abril".

Senado recepciona delegação chinesa

O secretário do Conselho de Estado da República Popular da China, Luo Gan, foi recepcionado ontem no plenário do Senado Federal, tendo sido homenageado, em nome da Mesa, pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), e pelo presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores, senador Bernardo Cabral (PFL -AM).

Ao saudar Gan e sua comitiva, Lucena lembrou a visita

que fez à China em 1989, na condição de presidente do Congresso, e destacou sua admiração pelo modelo chinês de zonas de livre comércio. Cabral ressaltou a importância da ampliação dos laços entre os dois países, e elogiou o esforço que o Itamaraty vem fazendo nesse sentido. Em seguida, a sessão ordinária foi interrompida por cinco minutos, para que os senadores cumprimentassem os inte-



Cabral recebe o chefe da delegação chinesa

grantes da delegação.

Luo Gan, que também é vice-primeiro-ministro, completa sua visita oficial ao Brasil passando por São Paulo e Foz do Iguaçu, onde conhecerá a hidrelétrica de Itaipu.

Para Bernardo Cabral, a visita de Luo Gan, "membro influente" do governo chinês, "seria boa oportunidade para destacar que, na parceria estratégica, são necessárias, por parte da China, desdobramentos que visem dar sentido concreto a este conceito". O senador defendeu participação efetiva de empresas brasileiras em projetos desenvolvidos pelos chineses.

Suplicy propõe plebiscito nacional sobre renda mínima

Senador espera que projeto em tramitação desde 91 seja submetido ao eleitor, em 3 de outubro, junto com as eleições municipais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou ontem à Mesa do Senado projeto de decreto legislativo propondo a realização no próximo dia 3 de outubro, junto com as eleições municipais, de



Eduardo Suplicy

plebiscito sobre a implantação de programa garantindo renda mínima a todos os brasileiros. Suplicy é autor de projeto nesse sentido, o qual se encontra em tramitação no Congresso desde 1991.

Pela proposta, os eleitores serão convidados a responder à pergunta: "Deve o governo implantar um programa que garanta uma renda mínima a todos os brasileiros?", considerando-se

vitoriosa a alternativa (sim ou não) que obtiver a maioria dos votos válidos, excluídos os brancos.

HEMODIÁLISE

A fixação de padrões mínimos para os serviços de saúde no Brasil, com uma estrita fiscalização das atividades do setor, também será proposta pelo senador Eduardo Suplicy, que anunciou a elaboração de projeto de lei regulando os procedimentos das instituições de saúde.

A iniciativa decorre do episódio registrado em Caruaru, em Pernambuco, onde deficiências no serviço local de hemodiálise vitimaram até agora mais de 30 pacientes, com outros 51 inter-

nados em quatro hospitais da capital do estado.

Ao relatar o drama dos pernambucanos, o senador petista disse que a situação expõe de maneira gritante a omissão das autoridades sanitárias. Suplicy citou padrões adotados internacionalmente que exigem a observância de quase 5 mil itens no funcionamento de instituições na área de saúde.

A Organização Pan-Americana de Saúde, segundo o senador, reconhecendo a dificuldade de implantação de sistema semelhante para América Latina e Caribe, elaborou uma cartilha simplificada onde constam os itens que devem ser atendidos pelos serviços que operam na área. Essa cartilha deverá ser utilizada como ponto de partida para o projeto.



Júlio Campos

Júlio Campos quer remover obstáculos ao contrato coletivo

A alteração de dispositivos que dificultam a adoção generalizada dos contratos coletivos de trabalho no país é o que objetiva proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), por entender que a reestruturação competitiva da economia e a plena democratização da vida social brasileira exigem urgentes modificações no modelo atual das relações trabalhistas.

A proposta prevê a possibilidade de redução de salário e de jornada de trabalho, por meio de negociações coletivas, desde que aprovada pela maioria absoluta dos trabalhadores interessados.

No campo da organização sindical, a proposta cria mecanismos que determinarão o fim da unicidade sindical e tornam livres a associação e a contribuição a sindicatos, entre outras medidas.

Júlio Campos disse que a Constituição de 1988, embora tenha trazido significativos avanços na área das relações de trabalho, preservou alguns "arcaísmos que têm inviabilizado a efetiva modernização do setor".

Segundo ele, por culpa da unicidade sindical e da contribuição compulsória, faltam interlocutores com legitimidade para negociar contratos coletivos de trabalho.

Teotônio: fornecimento de energia corre risco se não houver investimento

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) afirmou que a interrupção do fornecimento de energia que atingiu recentemente seis estados e o Distrito Federal demonstra que a vulnerabilidade do sistema pode significar riscos estratégicos para o Brasil, sendo indispensável, a seu ver, a atração de novos capitais, estímulos a parcerias e reorientação no modelo utilizado no setor elétrico no país.

- Poucos se dão conta da fragilidade do sistema, até porque para a maioria a única avaliação do sistema elétrico está no interruptor de corrente - disse o senador, afirmando que as "luzes ainda acendem no Brasil inteiro por conta da brutal recessão e do en-

colhimento de toda a economia nos últimos anos".

Na opinião de Teotônio Vilela, se o país houvesse mantido o percentual histórico de crescimento econômico, a energia produzida já seria insuficiente para mover o país. Para ele, o colapso da semana passada pode ter sido "uma prévia sombria dos dias que nos aguardam em futuro recente".

INVESTIMENTOS

Com base em projeções feitas pela Eletrobrás, Teotônio Vilela, afirmou serem necessários investimentos de R\$ 6 bilhões a cada ano para que o



Teotônio Vilela Filho

sistema elétrico possa garantir a expansão exigida pelo crescimento demográfico brasileiro. Sem isso, no seu entender, o país ficará impossibilitado de criar condições que o tornem

competitivo na economia globalizada do mundo atual, nem de gerar mais empregos, mais renda ou mais desenvolvimento.

"Uma só falha humana paralisou seis estados e o Distrito Federal. A persistência dos problemas institucionais e da fragilidade do setor elétrico podem imobilizar o Brasil", alertou.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Esperidião Amin pede solução para enchentes em SC

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) manifestou sua solidariedade aos catarinenses atingidos pelas últimas enchentes e defendeu a necessidade de se encontrarem soluções definitivas para o problema.

- Santa Catarina paga um custo pesado em vidas e bens cada vez que as cheias atingem o estado - disse ele.

Amin citou como exemplo as cidades de Laguna e Herval do Oeste, que tiveram bairros quase inteiramente destruídos pela força das águas. O Hospital de Caridade de Laguna ficou sem energia elétrica, tornando mais difícil ainda o atendimento às vítimas das enchentes.

Ao se referir à ocorrência do mesmo fenômeno no Rio de Janeiro e São Paulo, Esperidião Amin atribuiu o sofrimento de suas populações à incapacidade do Estado de fazer a infraestrutura urbana acompanhar o crescimento dessas cidades.

MICROEMPRESA

Kleinübing quer saber se medidas anunciadas evitarão quebra-deira

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) questionou se as últimas medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional foram suficientes para atender as micro e pequenas empresas, ou se novos apelos precisam ser feitos junto à área econômica do governo para solucionar o caso da inadimplência no setor. Ele pediu que todos os senadores busquem junto ao Sebrae e às empresas informações sobre a situação financeira de cada uma.

Entre as medidas adotadas pelo CMN estão o novo financiamento de R\$ 50 mil, que poderá ser pago em 24 meses, com TR mais 12 por cento ao ano. Vilson Kleinübing disse não saber se essas medidas vão resolver os problemas dos pe-



Vilson Kleinübing

quenos empresários, uma vez que muitos venderam tudo para pagar aos bancos e continuam em débito com os fornecedores.

Prefeito destaca profissionalismo do *Jornal do Senado*

O prefeito de Cristalândia (TO), Manoel Reis Chaves Cortez, enviou carta ao presidente do Senado, José Sarney, parabenizando-o pelo profissionalismo com que é editado e divulgado o *Jornal do Senado*. Segundo o prefeito, as edições têm chegado regularmente àquela cidade, informando os leitores sobre as atividades da Casa.

Eis a carta:

"Felicitamos o Senado Federal na pessoa de Vossa Excelência pela brilhante iniciativa de editar e divulgar o informativo *Jornal do Senado*, cujas edições nos têm chegado regularmente, oferecendo-nos informações valiosas sobre as atividades desta Colenda Casa Parlamentar.

"Outrossim, estendemos nossas felicitações à equipe editorial do referido informativo, pelo profissionalismo com que vem editando o mesmo, possibilitando-lhe uma grande capacidade informativa apesar da exíguida de de espaço de suas páginas."

Secretaria de Comunicação retifica nota de Zózimo

O diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, enviou correspondência ao colunista Zózimo Barroso do Amaral, de "O Globo", explicando o funcionamento da TV Senado, que vai ao ar diariamente de 9 horas a 23h30. Zózimo havia publicado em sua coluna que a TV Senado estaria empregando 45 pessoas para produzir apenas dois minutos de jornal.

Mesquita informou que o sistema de televisão do Senado tem a responsabilidade de colocar no ar, por um canal de TV a cabo, as sessões do plenário ao vivo e o resumo de todas as reuniões realizadas pelas comissões permanentes

da Casa. Destacou que em Brasília as transmissões da TV Senado podem ser sintonizadas pela NET, Canal 45, e nos próximos dias poderão ser acessadas em todo o território nacional coberto por aquela rede de TV a cabo.

COMPARAÇÃO

Na nota, o colunista acusou a TV Senado de ser um *cabide de emprego*, que mantém uma equipe enorme de profissionais na produção de um jornal de dois minutos, enquanto a Câmara produziria o mesmo programa, com duração de três minutos, utilizando equipe de apenas seis pessoas.

Em resposta a Zózimo, Mesquita explicou que o programa citado, "Congresso Hoje", é um

grão de areia diante do volume de trabalho produzido pela Secretaria de Comunicação do Senado. Trata-se de "um noticiário curtíssimo, com a participação da Câmara, que inclusive se utiliza de todos os nossos equipamentos e dos nossos técnicos para fechar seus três minutos", esclareceu o diretor.

Destacou ainda que a equipe da TV Senado está envolvida de corpo e alma nas transmissões, que vão de 9h às 23h30, de segunda a sexta-feira. Além disso, produz entrevistas com senadores e vídeos didáticos sobre as atividades do Senado Federal.

CHECAGEM

Mesquita lembrou ao colunista que as boas escolas de jor-

nalismo orientam sempre os alunos a checarem toda e qualquer informação antes de divulgá-la, não somente como um cuidado profissional, mas em obediência também a um princípio ético que tem muito a ver com a qualidade do jornal que a publica. Lastimou tal prática sadia do jornalismo não ter chegado ao colunismo, que continua publicando qualquer informação sem antes checar sua veracidade.

No final da correspondência, o diretor da Secretaria de Comunicação Social colocou-se à disposição do colunista, caso ele se interessasse em medir a produtividade da TV Senado em comparação com a de outras televisões do país.

Jonas Pinheiro tenta suspender portaria do Ibama

Segundo senador, restrição à exploração agrícola dos cerrados, adotada pelo órgão, irá prejudicar fazendas localizadas principalmente no Tocantins e em Mato Grosso



Marina Silva

Marina denuncia trabalho escravo em seringais

A senadora Marina Silva (PT-AC) leu ontem em plenário trechos de relatório preparado pelos procuradores do trabalho Victor Hugo Laitano e João Batista Soares Filho, os quais percorreram seringais do Acre no início de dezembro, quando constataram a existência de "trabalho em condições análogas à de escravo" em seringais do estado.

Os procuradores fizeram as investigações depois que o sertanista Antônio Luiz de Macêdo denunciou ao Ministério Público do Trabalho que a empresa Marmud Cameli, da qual é sócio o atual governador do Acre, Orleir Cameli, teria extraído madeiras de lei no município de Cruzeiro do Sul sem autorização legal, inclusive em área indígena.

Com a publicação do relatório dos procuradores no *Diário Oficial*, Marina Silva encaminhava ofício ao procurador-geral do Trabalho, em Brasília, solicitando providências.

O presidente do Ibama baixou uma portaria determinando que, enquanto não for feito o zoneamento ecológico e econômico da Amazônia, toda propriedade deve manter intocada metade de sua área como reserva florestal, inclusive nos cerrados. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou ontem que a portaria fere a Lei nº 7.803/89, que fixa em 20% as reservas florestais dos cerrados.

Por isso, o senador anunciou

a apresentação de um projeto de decreto legislativo, com base na Constituição, para suspender a determinação do Ibama. Jonas Pinheiro afirmou que o Instituto se esqueceu de que uma boa parte da Amazônia é constituída de cerrados e a portaria irá prejudicar fazendas localizadas principalmente no Tocantins e em Mato Grosso.



Jonas Pinheiro

- Essa restrição à exploração agrícola dos cerrados pode provocar uma pressão sobre áreas com coberturas vegetais mais densas, como as de floresta. Isso porque o uso mais intensivo dos cerrados inibe a ocupação e a derrubada de florestas, onde os reflexos ecológicos são mais complexos - afirmou o senador.

Epitácio Cafeteira lamenta afastamento de Quintanilha

O líder do PPB, senador Epitácio Cafeteira (MA), anunciou ontem que o senador Leomar Quintanilha

(PPB-TO) se afastará do Senado para ocupar o cargo de Secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Tocantins. "A liderança do PPB lastima imensamente a falta que fará esse vice-líder. Isso nos entristece não apenas por ser ele um senador eficiente, mas por ser um homem sério, cumpridor dos seus deveres, que conviveu conosco tão pouco tempo no Senado", afirmou.

SUPLENTE

Cafeteira disse que o suplente José Bonifácio Gomes de Sousa prestará também um



Quintanilha



Cafeteira

trabalho valioso ao Senado, e ressaltou que é uma honra para o PPB ver um de seus representantes assumir um cargo de secretário do estado do Tocantins, "que precisa de homens como Leomar, no seu esforço de desenvolvimento".

Na opinião do líder, "no governo de Siqueira Campos, Quintanilha ocupará o espaço que merece", daí porque "todo o PPB, apesar de entristecido, sente-se também orgulhoso com as novas tarefas atribuídas ao senador daquele estado".

Em aparte, Cafeteira recebeu apoio dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM).

Amorim elogia desfecho do caso da merenda

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) elogiou a Justiça de Rondônia por determinar o seqüestro de bens e a quebra de sigilo bancário de todos os envolvidos no desvio de recursos federais destinados à merenda escolar no estado, por ele denunciado há menos de 180 dias.

Amorim considera esse prazo recorde nos anais da Justiça brasileira como uma advertência a todos os que exercem uma função pública. Também a Fundação de Assistência ao Estudante, segundo ele, instalou auditoria especial comprovando as irregularidades.



Amorim

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima e Domingos Mourão Neto
■ Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Mírcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal